

Data: 13/11/2023

Matéria: Apagão em São Paulo reacende críticas contra privatização

Veículo: Correio Braziliense - Online

CORREIO BRAZILIENSE

Vendaval na capital paulista retoma discussões sobre modelo atual do setor e levanta dúvidas sobre o processo de concessões de serviços essenciais à iniciativa privada

Carro é destruído por poste em São Paulo: mais de 2 milhões de residências ficaram sem luz por vários dias, e prejuízos do comércio alcançam R\$ 1,3 bi - (crédito: Ronaldo Silva/Estadão Conteúdo)

O apagão que deixou milhares de pessoas sem energia em São Paulo colocou em xeque a privatização do setor elétrico. A chuva intensa, com rajadas de ventos de mais de 100km/h, alagou ruas, apagou semáforos, derrubou um sem-número de árvores e deixou 2,1 milhões de endereços sem energia por vários dias. O Ministério Público (MP) instaurou um inquérito civil para investigar possíveis irregularidades na atuação da concessionária Enel.

A empresa, que atua nos estados do Rio de Janeiro, do Ceará e de São Paulo, deixou de operar em Goiás, em setembro, após enfrentar uma série de queixas por quedas de energia e o não cumprimento de metas. O governador Ronaldo Caiado (União Brasil), que à época chegou a entrar com um processo judicial para obrigar a Enel a realizar serviços de manutenção preventiva pouco antes do período chuvoso, voltou a criticar o modelo de concessão à iniciativa privada.

De acordo com o assessor político para o tema de Energia do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Cássio Cardoso, ainda falta investimento no setor. "Desde 2018, quando a Enel assumiu o controle da distribuição, houve uma redução de funcionários em 30%. Isso ocorreu anos após a privatização da distribuição de energia, que ocorreu em 1998", lembrou.

Governo Federal notifica concessionária após apagão em São Paulo

Enel poderá ser "punida rigorosamente" por falta de energia em SP, diz ministro

"Em momentos como o de agora, com muitas quedas de árvores, muitos cabos danificados, a empresa não tem gente suficiente para restabelecer o serviço prestado. Houve o corte de funcionários mesmo com o aumento da demanda, e quando chega um momento como esse, a empresa não dá conta de restabelecer todo o sistema a tempo, gerando um verdadeiro caos na cidade", acrescentou Cardoso.

O especialista afirmou que os efeitos das mudanças climáticas, que já são devastadores, estão sendo agravados pela privatização do setor elétrico. Isso porque os eventos extremos tendem a aumentar, comprometendo ainda mais a estrutura do setor elétrico brasileiro. "Sem funcionários e sem investimentos no setor, os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ficarão ainda mais comprometidos", alertou.

O engenheiro elétrico do Instituto Ilumina, Roberto D'Araújo, afirmou que o mesmo aconteceu no caso da privatização da Eletrobras. "A diminuição do quadro de funcionários aconteceu no Brasil inteiro, a própria Eletrobras reduziu o número de funcionários com a privatização. Se a Enel tem menos funcionários, ela não pode, por exemplo, fazer inspeção nas árvores antecipadamente em relação às mudanças climáticas. A prefeitura não pode fazer a poda de árvores sozinha, a distribuidora tem que estar presente. Se isso tivesse sido feito, talvez o choque em relação ao número de consumidores tivesse sido menor e não haveria tanto prejuízo", avaliou.

Outro problema, de acordo com o engenheiro, seria a fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel). "A Aneel, que é o órgão regulador, não tem uma equipe para fazer fiscalizações periódicas a essas concessões, identificando as localidades onde há riscos nas redes. O próprio histórico de aplicação de multas a essas concessionárias também mostra isso", disse.

Cabe à Aneel fiscalizar as concessões, permissões e autorizações de empresas do setor de energia elétrica. Essa função pode ser executada diretamente ou por meio de convênios firmados entre a Aneel e os estados. Procurada pelo Correio, a agência não respondeu às questões sobre a supervisão local das empresas privadas.

Ao demorar praticamente uma semana para restabelecer a energia em todos os lares paulistas afetados, o presidente da Enel Distribuição São Paulo, Max Xavier Lins, em entrevista aos jornalistas, se desculpou pelo atraso, se solidarizando com as vítimas e culpou os erros das previsões dos institutos de meteorologia.

Segundo **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, a frequência de interrupções do sistema elétrico e a duração vem caindo sucessivamente desde 2015. Ele destacou que, de acordo com a regulação da Aneel, os postes estão preparados para enfrentar ventos de até 80km/h e o ocorrido foi mesmo uma ocasionalidade. "Vivemos um acontecimento atípico. Mas, em linhas gerais, eles têm acertado muito mais do que errado. Antes a meta dificilmente era cumprida, de 2015 para cá passaram a cumprir com com larga margem e houve uma melhora, ousou dizer que espetacular", disse. Sales afirmou ainda que a meta colocada pela Aneel para as empresas é uma das mais rigorosas do mundo. "A literatura econômica já pronuncia claramente que a gestão estatal tende a ser menos eficiente que a gestão privada, por inúmeras razões. Temos um estudo que compara a eficiência do setor elétrico globalmente que aponta a menor eficiência daqueles que ainda são mantidos pelo Estado. No Brasil, temos um fator dramático que é o uso político das empresas estatais", ponderou.

Perdas do comércio

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) estima que o prejuízo do apagão alcança a cifra de R\$ 1,3 bilhão nos dias em que os estabelecimentos ficaram parcial ou totalmente às escuras.

O setor de serviços foi o mais prejudicado pela interrupção no fornecimento de eletricidade, estimando que os afetados deixaram de faturar R\$ 930 milhões. No comércio, as perdas em vendas atingiram a marca de R\$ 465 milhões, considerando apenas as lojas que ficaram sem energia e, conseqüentemente, precisaram suspender as operações.

O cálculo da FecomercioSP leva em conta o aumento natural no faturamento durante os fins de semana, período no qual os consumidores costumam intensificar suas atividades de compra. No sábado subsequente à tempestade, os serviços perderam R\$ 370 milhões em receitas, enquanto o comércio enfrentou um prejuízo de R\$ 185 milhões, conforme as estimativas da entidade.